

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DO
ÚNICO OFÍCIO DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DA LAGE/AL.**

THALES MATHEUS DIAS DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº: 3580363-0 SSP/AL, inscrito no CPF/MF sob o nº: 713.573.814-41, residente e domiciliado no Conj. Josefa Daniel, s/n, Centro, na cidade de São José da Lage/AL, CEP: 57860-000, neste ato representado por seu advogado abaixo firmado, com escritório profissional à Rua Pedro Oliveira da Rocha, nº 189 - Edf. Pathernon, Sala 206 - Farol, CEP 57057-560, em Maceió/AL, vêm à elevada presença de Vossa Excelência, com fundamento na Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para propor:

AÇÃO DE COBRANÇA

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, em razão dos fatos a seguir articulados.

I) DOS FATOS

O Requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 30/09/2016, tendo sido encaminhado ao Hospital Geral do Estado,

em Maceió/AL, consoante comprovado pelo boletim de Ocorrência, prontuário médico e comprovante de pagamento administrativo anexo.

Como consequência do acidente, resultaram à vítima as lesões neurológicas descritas nos prontuários médicos e demais documentos anexados, e que serão cabalmente comprovadas também, mediante perícia a ser designada por este D. Juízo.

De acordo com a legislação vigente, Lei nº. 11.482 de 31 de maio de 2007, o autor requereu a indenização devida pelo seguro obrigatório junto a uma empresa seguradora participante do Convênio DPVAT, passou por perícia administrativa, no qual constatou-se lesão neurológica que cursem com dano cognitivo-comportamental alienante no percentual de 75%, o qual ensejaria o pagamento.

Ocorre, contudo, que o valor não foi pago, em virtude de que, em consulta ao site da seguradora demandada, verifica-se a seguinte informação: “Seu processo foi analisado por nossa equipe técnica e, como identificamos a existência de irregularidades, o seu pedido de indenização foi negado”.

Importante destacar Excelência que para realizar o pagamento pela via administrativa a seguradora exige uma série de documentos, dentre eles boletim de ocorrência e prontuário médico, os quais foram devidamente apresentados pelo autor.

Pois bem, após consultar a informação de que seu pagamento foi negado, o Autor buscou informações junto a conveniada para saber quais foram os critérios utilizados para rejeição do pedido de pagamento da indenização, porém a seguradora não informou quais os critérios utilizados.

Ora, Excelência, a própria Seguradora, que diga-se, afere lucro na sua atividade, é a responsável por graduar as lesões das vítimas que a procuram para receber a indenização pela via administrativa como fez o Autor, e na maioria das vezes essa análise é realizada unicamente com base no prontuário médico do sinistrado, sem sequer uma perícia in loco.

Fica, pois, a vítima a mercê dos critérios estabelecidos pela seguradora que atendem muito mais seus interesses financeiros do que as necessidades dos acidentados.

O autor não pretende receber mais do que tem direito, mas também não pode se submeter à vontade unilateral da seguradora, ávida por lucro, razão pela qual faz uso da tutela jurisdicional para receber valores dentro dos parâmetros técnicos e de acordo com os procedimentos previstos na legislação em vigor.

Assim, de acordo com nossa legislação, requer a indenização devida pelo seguro obrigatório junto à empresa seguradora reclamada, cujo valor correto da indenização só será conhecido após realização de perícia médica a ser designada por este D. Juízo.

II) DOS QUESITOS PERICIAIS

Para a realização da perícia médica judicial, que desde já se requer, o Autor apresenta os seguintes quesitos, nos termos do artigo 319 do Novo CPC:

a) O Autor possui doença/enfermidade? Qual e Desde quando? Tal doença/enfermidade tem relação com o acidente de trânsito sofrido, ou por ele foi agravada?

- b) Do acidente de trânsito sofrido, houve ofensa à integridade física do Autor?
- c) Do acidente de trânsito sofrido, resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? E deformidade permanente? Em qual região do corpo? Houve dano da parte estética?
- d) A debilidade/deformidade permanente ocasionada impede o Autor de levar uma vida comum? Gera-lhe limitações? Resulta-lhe em perigo de vida?
- e) O acidente de trânsito ofendeu órgãos/funções vitais do Autor ou coloca-os em perigo, deixa-os desprotegidos? É possível visualizar a olho nú os movimentos respiratórios? E os batimentos cardíacos?
- f) Resultou incapacidade para o trabalho? Essa incapacidade é total ou parcial? Temporária ou permanente?
- g) Essa incapacidade para o trabalho vedar-lhe-á o exercício de outras profissões? É possível a readaptação profissional do Autor?
- h) Existe tratamento médico/cirúrgico capaz de reverter a situação do Autor? Tal procedimento é viável e acessível às pessoas de situação financeira precária? Tal tratamento é eficaz? Em qual porcentagem?
- i) A invalidez do Autor pode ser fixada em qual porcentagem de acordo com os critérios estabelecidos na Lei 6.194/74?

III) DA ASSISTENCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Independe de comprovação de proventos, à parte pode valer-se apenas da simples alegação de hipossuficiência para que lhe seja deferida a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, pois se trata de

uma garantia constitucional, de modo a garantir a todos os cidadãos o acesso à justiça.

Portanto, considerando as condições econômicas do Autor e sua afirmação de pobreza, requer a concessão da gratuidade da justiça, nos termos dos art. 98 e ss. Do Novo CPC, a fim de desonerá-lo dos ônus processuais, pois tem condições momentâneas de arcar com este custo sem prejuízo das próprias despesas.

IV) DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS LEGAIS

De acordo com o nosso ordenamento jurídico, a indenização devida por força de contrato de seguro deve ser corrigida a partir da data do evento danoso, nos termos da Súmula 580 do STJ, que assim dispõe: “A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso”.

Por outro lado os juros de mora fluem a partir da citação, nos termos da Súmula 426 do STJ.

Isto posto, em caso de procedência da ação, o que desde já se requer, a parte autora requer que conste no dispositivo da sentença as disposições supra relativas à correção e incidência de juros.

V) REQUERIMENTO FINAL

"Ex positis", requer:

a) Que a audiência de conciliação não seja realizada;

b) A citação da empresa Requerida, **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, para, querendo, ofereça defesa escrita ou oral, tudo sob pena de revelia;

c) A realização de perícia judicial realizada por médico especialista na área das lesões sofridas pelo autor;

d) Ao final, com fundamento na prova documental que acompanha a inicial e demais provas colhidas durante a instrução processual, requer a procedência da ação para condenar a Requerida, a pagar a indenização securitária na porcentagem de invalidez a ser apurada pelo perito judicial, acrescido de correção monetária a partir do evento danoso (Súmula 580 STJ) e juros moratórios a partir da citação (Súmula 426 STJ), honorários de sucumbência, custas processuais e demais consectários legais.

e) Para provar o alegado, requer, além de juntada de novos documentos na medida em que o contraditório exigir, o depoimento pessoal do representante legal da Reclamada, pena de confissão, inquirição de testemunhas e demais meios de prova, sem exceção.

f) Requer, por último, se digne Vossa Excelência determinar à Reclamada, com fulcro no artigo 355, do Código de Processo Civil, que exiba junto com a defesa, a cópia do dossiê administrativo da solicitação do sinistro supra referido, eis que eventuais dúvidas poderão ser sanadas pelos próprios documentos que se encontram em seu poder.

g) Em face das dificuldades econômicas e financeiras que vem enfrentando o Requerente, declara para todos os efeitos e sob as penas da Lei que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários

advocatícios sem prejuízo do próprio sustento, pelo que requer a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça.

h) Dá-se a presente, para efeitos fiscais e de alçada o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Nestes termos.

Pede e espera deferimento.

São José da Lage/AL

(Data constante na assinatura digital)

Hugo Ribeiro de Macêdo
OAB/AL nº 13.330